Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho de Administração, estando presentes: Jorge Elpidio Wischneski, Diovana May Machado, Carlos Alberto Luithardt, Laiana da Silva Ossemer, Fernando Guedes, Cláudia Simara Beber, Arlete de Souza e Adriano Heitor Rosenbrock. Mario Cesar Posanski faltou. Representando o Instituto, estiveram presentes o senhor Valdenir Borges Ribeiro, Diretor Executivo e a Doutora Jenifer Wilvert, Procuradora Jurídica. Como de rotina, a ata anterior foi enviada previamente a todos por meio eletrônico, para leitura e acréscimos ou alterações, e nesta reunião ordinária, foi aprovada e assinada por todos. Jorge agradece a presença de todos e faz a leitura da pauta da reunião: 1- Secretário Municipal de Administração e Fazenda (Aporte); 2- Aposentadorias e Pensões; 3- Carteira de Investimentos de março; 4- Parecer do Conselho Fiscal; 5- Assuntos Gerais; 6- Apresentação Sicredi. Alexandre Matos Pereira faz um breve comentário sobre o resultado atuarial 2023, taxas de juros, performance do mercado financeiro, desempenho da carteira de investimentos do Instituto, e fala das obrigações do município perante o RPPS, destacando que está sendo cumprida a programação feita para a quitação dos parcelamentos e manutenção dos aportes, justificando a proposta de lei para supressão do aporte financeiro. Arlete questiona os valores de aporte não repassados desde o mês de janeiro, visto que a Lei que instituiu o Aporte Financeiro está em vigor, e o Secretário justifica que a data corte para os pagamentos do Aporte Financeiro foi dezembro de dois mil e vinte e dois e que a reforma da previdência promovida pelo município equilibrou as contas, equacionando o déficit atuarial existente, desobrigando o Ente do desembolso mensal. Arlete então sugere que o Atuário emita um parecer sobre os pagamentos pendentes. Carlos comenta a fala do Secretário e entende que caso o RPPS venha a apresentar déficit atuarial futuramente, cabe ao município encaminhar projeto de lei para equacionamento do déficit novamente. Jorge ressalta que o Conselho deve colocar em votação para apreciação da proposta de lei de supressão do aporte financeiro por se tratar de obrigação legal do colegiado, além disso caso haja aprovação a Administração possa dar andamento nas alterações estatutárias e plano de cargos e salários, visto que os valores dos aportes serão revertidos em benefícios aos servidores. Jorge coloca em votação e o Conselheiro Fernando Guedes se manifesta pela abstenção, ficando aprovada a proposta de supressão da lei do Aporte Financeiro com sete votos favoráveis e uma abstenção. Em andamento à pauta, Jorge passa a palavra para Doutora Jenifer Wilvert apresentar os pedidos de aposentadorias e pensões que necessitam ser analisados pela plenária do Conselho de Administração do Instituto, conforme segue: 1) Requerimento de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição especial de magistério da Senhora ANA MARIA BUZZI, no cargo de Professora, nível III-F, com proventos integrais calculados sobre a média dos 80% maiores salários de contribuição e sem paridade; 2) Requerimento de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da Senhora MARIA TERESINHA MADEIRA, no cargo de Técnica em Enfermagem, nível H-1, com proventos integrais calculados sobre a média dos 90% maiores salários de contribuição e sem paridade. Os requerimentos de aposentadorias foram analisados e apresentados, tendo todos eles parecer jurídico favorável à concessão. O presidente colocou em discussão e votação, sendo aprovados por unanimidade todos os requerimentos. Na sequência Valdenir apresentou a Carteira de Investimentos de março, informando que a rentabilidade foi de R\$ 2.909.471,06, conforme relatório enviado por e-mail, basicamente influenciada pela renda fixa, que vem se favorecendo dos juros altos, destacando que não houveram novos investimentos, apenas os resgates normais para pagamento da folha mensal e operações de ETF's (BOVA11 e IVVB11) na Banrisul Corretora. Apresentou também o relatório de receitas e despesas do Instituto, informando que os recolhimentos da folha estão dentro dos prazos e os demais recolhimentos provenientes dos parcelamentos todos em dia, estando pendente apenas o Aporte Financeiro. Ficou à disposição dos Conselheiros para dúvidas e questionamentos, informando ainda que foi encaminhado ao e-mail dos conselheiros relatório detalhado das despesas mensais do Instituto. O Conselho Fiscal não realizou reunião ordinária em tempo hábil, motivo pelo qual não apresentou o parecer das contas de março. Nos assuntos gerais, Arlete fala sobre as isenções de Imposto de Renda para aposentados com moléstia grave, conforme previsto na legislação da Receita Federal, quem tem direito, quais documentos apresentar, onde requerer, e sugere que o Instituto inclua

essas orientações na programação do próximo encontro dos Aposentados e Pensionistas do Rio do Sul PREV. Finalizando a reunião, o senhor Rodrigo Cezar Simonetti, Assessor de Negócios da Cooperativa Sicredi Integração de Estados RS/SC, realizou uma breve apresentação, resumindo o mercado financeiro no cenário mundial e interno, com foco nos papéis de curto prazo e previsão de taxa Selic em 13% até final deste ano, promovendo ainda um comparativo de um Fundo da Cooperativa com alguns fundos que compõem a carteira de investimentos do Instituto. Nada mais havendo para tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Claudia Simara Beber, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e demais participantes.